A desmaterialização da sala de aula: críticas sobre a eadização de cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil

Cláudio Rezende Ribeiro
Professor Associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ
Atua no Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB) da FAU-UFRJ
Ex-presidente da Adufrj-ssind e ex-diretor nacional do Andes-SN

Resumo: O artigo aborda aspectos críticos relativos ao aumento da oferta de matrículas no formato EaD para cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil. O texto parte da concepção de reconversão docente de Olinda Evangelista para identificar processos semelhantes na profissão de arquitetura e urbanismo a partir do aligeiramento da formação deste campo profissional a partir de plataformas digitais. O trabalho reúne dados que compõem um panorama da formação em EaD desta profissão a fim de problematizar aspectos referentes ao ensino e aprendizagem de um campo que demanda a apreensão material da espacialidade. O artigo traz prognósticos a respeito da precarização laboral da arquitetura e do urbanismo como consequência do aumento artificial da oferta de matrículas digitais. Como conclusão, através de um diálogo com a tese da perda da aura da obra de arte resultante da reprodutibilidade técnica, realizado por Walter Benjamin, o texto reivindica a defesa radical da presencialidade como elemento constitutivo de uma educação emancipatória.
Palavras-chave: Educação; Arquitetura e urbanismo; EaD; Ensino superior

THE DEMATERIALIZATION OF THE CLASSROOM: CRITICISMS OF DISTANCE EDUCATION IN ARCHITECTURE AND URBANISM COURSES IN BRAZIL

Abstract: The paper addresses critical aspects related to the increase in enrollments in distance education format for architecture and urbanism courses in Brazil. The text starts from Olinda Evangelista's conception of teacher reconversion to identify similar processes in architecture and urbanism due to the streamlining of the formation of this professional field in digital platforms. The work brings together data that make up an overview of distance learning education in this profession in order to criticize aspects related to teaching and learning in a field that demands a material apprehension of spatiality. The article makes predictions about the precariousness of labor in architecture and urbanism as a result of the artificial increase in the supply of digital enrollments. In conclusion, the text claims the radical defense of presence as a constitutive element of an emancipatory education through a dialogue with the thesis of the loss of the aura of the work of art resulting from mechanical reproduction, carried out by Walter Benjamin.
Keywords: Education; Architecture and urbanism; Distance education; Higher education

1 - O elogio da adaptação: a autossabotagem docente e o ódio à sala de aula

Quando análises sobre fenômenos sociais não são feitas com o devido rigor metodológico, é comum encontrarmos como parte de seus resultados - qualquer que seja o campo de estudos - um argumento que aponta de maneira definitiva que os problemas observados derivam da realidade imposta pelo modo de produção capitalista. O principal problema desse tipo de avaliação – muito comum, inclusive, em análises políticas que surgem aqui e ali entre inúmeros grupos e coletivos políticos que estão travando a boa luta - não é a obviedade de sua descoberta. Dizer o óbvio é cada vez mais necessário. Afinal, em um mundo onde a pós-modernidade reina hegemônica e resiliente, reafirmar que o capitalismo existe, que está cada vez mais forte e que carrega contradições e desigualdades pode ser uma tarefa mais difícil e necessária do que supõe o academicismo apartidário, neutro e que fica distante dos enfrentamentos políticos concretos.

O problema central das análises que chegam à conclusão "é o capitalismo!"[1] é que sua resposta alcança um argumento que deveria ser um pressuposto da pergunta, isto é, dada a existência do capitalismo, como operaria o fenômeno no momento e lugar em que é estudado? Essa é a pergunta que vale ouro, dólares ou *bitcoins* e cuja resposta pode, de fato, ajudar a movimentar a organização da classe trabalhadora.

Este artigo reconhece que o modo de produção capitalista existe e avança, numa direção que é humanisti-

camente inconsequente, acelerando e ampliando a mercantilização da vida em todos os seus aspectos. Diante disso, reconhece que as formas hegemônicas de produção de educação a distância (EaD), tema central deste debate, independente do nome adotado, estão intrinsecamente ligadas à mercantilização da educação e não representam uma ação reivindicada pela classe trabalhadora a respeito do uso e apropriação de técnicas e tecnologias que possam construir uma educação para além do capital.[2]O presente estudo pretende contribuir para o enfrentamento à ampliação dessa violenta fronteira de mercantilização, considerando que a EaD precisa ser derrotada no país.

Esta breve introdução é necessária para demarcar o momento específico no qual este debate ocorre. Após o período mais grave da pandemia de Covid-19, quando o isolamento social mais radical se tornou uma exigência para a sobrevivência[3] ou, pelo menos, se tornou uma ideia incorporada no senso comum, a disseminação de cursos de ensino a distância, que já era imensa no país, torna-se mais densa e complexa em razão da exploração de sua suposta capacidade de servir às condições sanitárias enfrentadas.[4] O fato de as experiências que ocorreram não terem sido nada proveitosas, obviamente, não é levado em conta pelo discurso hegemônico, mas será abordado aqui a partir do exemplo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Em segundo lugar, a própria categoria docente tem se adaptado, às vezes de modo bastante entusiasmado, às plataformas de reunião digital como substituidoras de sala de aula, sobretudo – mas não apenas – nos cursos de pós-graduação. Em pleno congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), no ano de 2023, quando foi travado um importante debate sobre a luta contra a plataformização da profissão, reconhecida como forma de precarização do trabalho, houve um número significativo de defesas de boas maneiras de utilização da EaD por parte de várias/os participantes,[5]repetindo expressões utilizadas contra a resistência a esse fenômeno como a famigerada acusação de "tecnofobia" por parte daqueles que criticam o uso mercantil da tecnologia para a educação.

Essa defesa interna de um modo externo de ensino, isto é, uma forma pedagógica heterônoma imposta pelo mercado, alimenta um discurso tradicional de ruptura da carreira docente. A deliberada entrega das práticas de ensino/aprendizagem às formas tecnológicas de comunicação digital reguladas e desenvolvidas por empresas privadas carregam consigo um desejo às vezes manifestado, mas pouco debatido pela categoria de docentes do ensino superior, de se livrar do ensino como tarefa fundamental.

A pesquisa fragmentada, dissociada do tripé conjunto com o ensino e a extensão, passa a ser cada vez mais sinônimo de *status*, de ampliação da remuneração (sobretudo a partir de projetos de "inovação") e de poder na estrutura acadêmica. Assim, ganha reforço um antigo discurso que lamenta o fato de que, para ser pesquisador no Brasil, é preciso também ser professor, o que significa, em outras palavras, que a atividade em sala de aula atrapalharia a prática de pesquisa, em vez de torná-la ainda mais atraente, rigorosa e plural. Esse ódio à sala de aula facilitará a receptividade do discurso de implementação da EaD no ensino superior público, o que pode ser considerado uma expressão contemporânea e sofisticada de um fenômeno identificado por Evangelista (2016) como a reconversão docente.

Conforme sintetizado em texto anterior (RIBEIRO, 2021a), mas explorando, sobretudo, a trajetória de docentes do ensino básico, Evangelista (2016) apresenta um panorama preciso que serve também ao ensino superior contemporâneo, apontando uma trajetória complexa na qual a docência se torna uma profissão que reflete os conteúdos que lhe serão impostos pelo capital. A fim de dar resposta às condições de reprodução do sistema, isto é, quando a tarefa da docência se torna, de modo mais aberto e declarado, a formação de mão de obra preparada e atualizada para o mercado, a docência será também absorvida pela própria lógica do trabalho alienado que passa a ensinar. A partir desse momento, ou dessa condição, passará a ser considerada permanentemente desqualificada, incompetente para garantir sua tarefa em um movimento que exigirá da categoria uma postura empreendedora para recuperar sua capacidade de trabalho. Como qualquer profissão, a docência nunca será declarada competente e, cada vez mais, será responsabilizada, de forma individual e coletiva, pelas falhas educacionais de um sistema massacrado e sem investimento. Todo este processo indica um movimento contínuo de afastamento da docência de suas tarefas formativas dialógicas e humanísticas, e a expropriação de saberes da docência perfaz um esvaziamento violento das relações sociais de ensino e aprendizagem que ocupam essa profissão com atividades cada vez mais mercantis e, como consequência, cada vez menos humanas.[6] O fim desse processo de desumanização, conforme já apontava Evangelista, será a possibilidade de tornar a docência "*eadizada*".

A conjugação desse fenômeno com a ampliação da eadização do ensino após a pandemia parece ter criado uma nova maneira de expor o ódio à sala de aula. Em vez de considerá-la um obstáculo à dedicação para a "inovação" e pesquisa orientada para o mercado, houve uma mudança de mindset, construindo o fim da sala de aula a partir de uma postura positiva, de superação good vibes, representado pelo entusiasmo inicial pela implementação de plataformas digitais descoladas promovidas pelo GAFAM.[7]

Essa nova alimentação do processo de reconversão, isto é, essa adaptação ao esvaziamento de práticas pedagógicas dialógicas e críticas precisa ser enfrentado de maneira contundente na medida em que significa uma internalização de modos de trabalho alienantes e contrários à emancipação da vida. Segundo Mészáros (2005, p. 55):

> Isso [uma reforma radical da educação] não pode ser feito sem desafiar as formas atualmente dominantes de *internalização*, fortemente consolidadas a favor do capital pelo próprio sistema educacional formal. De fato, da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão-de-guarda *ex-officio e autoritário* para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida. O fato de a educação formal não poder ter êxito na criação de uma *conformidade universal* não altera o fato de, no seu todo, ela estar orientada para aquele fim.

Talvez a eadização total possa ser o que há de mais próximo da geração de uma "conformidade universal" na medida em que, segundo sua estratégia de implementação, seu alvo inicial mais forte tenha sido, historicamente, a própria formação de docentes (Evangelista, 2016). As licenciaturas se converteram de modo mais intensivo, antes de outras áreas, em EaD, impulsionando a perversa lógica de docentes formados/as, ou meramente certificados, de uma forma que naturalizou o trabalho remoto – até porque não podem retirar de si mesmas/os o peso de sua própria formação desqualificada.

A defesa da eadização se tornou uma forma de reivindicação formativa por parte daquelas/es que receberam essa educação aligeirada e, na outra ponta da docência, essa defesa se faz pela adaptação a um discurso e a uma prática que retiram o ensino do escopo das tarefas que compõem a vida do pesquisador liberal favorável a inovações, inclusive a própria plataformização da vida laboral. Em conjunto, a expropriação de saberes profissionais e a naturalização da desmaterialização da sala de aula.

Mas esse ciclo não se encerra na reconversão da docência. Se, por um lado, a perversa lógica de certificar professores/as segundo a educação a distância cria um moto contínuo de ampliação da eliminação do espaço da sala de aula, por outro lado, a expansão da internalização está afetando diversas outras profissões. Este artigo vai apresentar uma situação específica que conjuga a desmaterialização do ensino a partir do sequestro digital da espacialidade: os cursos de Arquitetura e Urbanismo. Antes, porém, é preciso fazer uma breve reflexão sobre o sentido espacial da EaD, isto é, sobre a mercantilização da distância.

2 - Nenhum estudante se sentará no fundão da sala de aula virtual

A sala de aula é um espaço tenso. A relação entre estudantes e docentes é uma construção conflituosa, dialógica e diretamente relacionada com a espacialidade. Há salas em forma de auditório, com púlpito e palco, outras com belas vistas que disputam a atenção de qualquer conteúdo, mas também há aquelas sem janelas, cujas paredes precisam ser preenchidas com algo, um pixo ou um cartaz; há salas com carteiras fixas ou móveis, estas últimas abrindo possibilidade de reuniões circulares e debates mais democráticos, por exemplo; há salas quentes, sem ventilador ou ar-condicionado, salas com piso de madeira e com piso danificado; há salas térreas, em terraços e mesmo subterrâneas...

Essas espacialidades múltiplas, combinadas às variadas turmas que por lá passam, criam um conjunto de relações materiais que fazem parte da realidade de estudante e docente, e a maneira como esse conjunto de pessoas vai lidar com as diversas configurações desses espaços possibilita um exercício de convívio coletivo, com características que permitem o entendimento daquilo que é público e compartilhado.

Essa dimensão material da vida, muitas vezes esquecida por se tornar uma segunda natureza, precisa ser reivindicada na direção de evitar a substituição por uma virtualidade homogênea, plana, pulverizada e individual que é a "sala de aula virtual" ou melhor, a plataforma digital:

> A materialidade do espaço é tão notória e imprescindível que se torna, em muitas interpretações, naturalizada, a-histórica, ou mesmo inexistente; pode ser necessário retornar a enxergar o espaço, a percebê-lo como algo concreto para que ele comece a ser compreendido, também, como um operador metodológico indispensável. (RIBEIRO, 2021b, p.257)

Uma determinação inconteste que diferencia a experiência sensível do espaço da sala de aula daquela

aligeirada e superficial da plataforma digital é a atomização do tempo. O tempo público de fala, entendimento, estranhamento e aprendizagem que é criado em sala de aula não pode ser substituído pelas plataformas na medida em que a vivência coletiva desaparece. O acesso atomizado às plataformas permite que as pessoas lá "reunidas" estejam em lugares diferentes (em casa, no trânsito ou no trabalho) e, portanto, possuam experiências fragmentadas daquele tempo de aula. Sem falar nas aulas gravadas de acesso assíncrono em que esse fenômeno se torna ainda mais radical.

Os defensores das plataformas que reivindicam uma praticidade de reunir pessoas distantes ignoram a impossibilidade da existência de um tempo coletivo público compartilhado simultaneamente por pessoas em um mesmo espaço. Somente em uma reunião presencial pode ser construída a temporalidade coletiva conduzida pela relação ensino/aprendizagem resultante de práticas dialógicas entre docentes e estudantes. A eadização da educação considera a aprendizagem um ato individual (empreendedor, neoliberal, etc.)

As plataformas digitais não produzem interação social adequada a uma vida acadêmica agradável, o que está mais do que comprovado pelas experiências recentes de ensino remoto emergencial. Não há espaço, literalmente, nem mesmo para estudantes formarem o grupo do "fundão" das salas de aula, a tela digital aplaina até mesmo as incontornáveis troças que estudantes gostam de fazer com docentes, que se tornam cada vez mais limitadas a (bons) memes assíncronos (e muitas vezes inacessível ao docente que perde a chance de rir de si mesmo).

A reunião virtual traz novidades relacionais que são apresentadas como aparentes vantagens defendidas como sinônimo inevitável do progresso contemporâneo por quem as dissemina. Mas esse velho e conhecido argumento do progresso das técnicas como sinônimo de melhoria social é contestado pela história do desenvolvimento material da humanidade no modo de produção capitalista. A lista de teóricos que alertam sobre essa ilusão é extensa, desde Marx, passando por Benjamin e chegando a Milton Santos, há toda uma literatura que reforça a condição perversa de acumulação resultante do discurso do progresso técnico. Não se trata de tecnofobia, mas de história crítica que comprova que, dentro do modo de produção capitalista (é o capitalismo!), a disseminação de técnicas e tecnologias organizadas e utilizadas segundo finalidades de acumulação não trará, para a classe trabalhadora, melhorias sociais. Definitivamente, a implementação de EaD não surgiu como resposta legítima a uma reivindicação, que é real, pela universalização do acesso à educação. A classe trabalhadora, aliás, tem lutado pela ampliação do ensino público de qualidade para todas e todos segundo modelos humanísticos, sensíveis e adequados para a formação de diferentes gerações da população pobre – de analfabetos funcionais a analfabetos digitais. A eadização responde a demandas de manutenção e aumento das taxas de lucro oriundas direta ou indiretamente da exploração da força de trabalho que produz a mercadoria "educação".

Em estudo anterior (RIBEIRO, 2021c), verifiquei que há uma coincidência espacial da proporção de quantidade de matrículas EaD e presenciais, refutando o argumento de que essa forma de ensino alcançaria lugares que a educação presencial não chega. Essa falácia é disseminada sem levar em consideração que, para ocorrer EaD, é necessário infraestrutura de internet de alta capacidade, o que significa uma rede de cabos subterrâneos robusta (e cara) articulada com antenas retransmissoras de alta capacidade de disseminação de um sinal que, ao contrário do que se imagina, não viaja longas distâncias pelo ar, como se a internet de alta *performance* fosse algo onipresente. O que a coincidência espacial da distribuição da oferta de matrículas aponta é uma situação em que o presencial e o virtual se sobrepõem, indicando um sentido da utilização da *distância na qual* os cursos presenciais passam a servir de base para a disseminação inicial do virtual, para depois, provavelmente, serem desativados. Não se trata, portanto, de expansão de matrículas, mas de uma substituição paulatina de seu modo de oferta.

Por fim, a atomização das aulas acelera o tempo laboral, fragmentando-o, retirando os interstícios pedagógicos dos cafés, intervalos, recreios, descansos, o EaD consegue comprimir a tarefa docente, aprimorando a eficácia da distribuição de suas temporalidades por meio de um gerencialismo imposto a distância e garantido pela compressão espacial. Essa fórmula é perfeita para conseguir o necessário, intensificar o tempo de trabalho docente, aumentando a extração de mais-valor da força de trabalho segundo a fragmentação de suas atividades. Nada mais que um toyotismo educacional atualizado. E a coincidência dos espaços de incidência entre o ensino privado "presencial" e a "distância" demonstra que o sentido maior é a migração de um sistema para o outro.

Com todas as reconfigurações já existentes, o setor privado da educação tem conseguido algo impressionante. Apesar de acumular aproximadamente 80% das matrículas do ensino superior (dados de 2020), isto é, quatro vezes mais que o setor público, o número de

docentes contratado é praticamente o mesmo. Segundo o SEMESP[8] (a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP), o total de docentes no ensino público é de 169mil, enquanto o privado contrata apenas 182mil para dar conta de toda a sua abrangência. A compressão do trabalho relacionado ao "ensino" é esmagadora, e a ilusão de que isso está gerando uma democratização do alcance e da oferta de "educação" é um alimento ideológico precioso para essa expropriação violenta do trabalho docente. Nunca foi distância. Sempre foi compressão do tempo de trabalho.

3 - Desenhando a precarização: a superoferta de cursos de arquitetura e urbanismo

As incongruências do processo avançado de mercantilização da educação, notadamente em sua forma eadizada, são infindáveis e se tornam cada vez mais complexas com a expansão da sua comercialização. Um aprofundamento interessante a respeito dos problemas da desmaterialização da sala de aula pode surgir com a aproximação da trajetória recente dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Se, por um lado, como já foi dito, a eadização buscou expandir-se em licenciaturas, certificando inicialmente docentes sem nenhuma formação concreta em sala de aula e elevando o senso comum de sua naturalização, a expansão nos cursos de arquitetura cria uma outra fronteira dessa naturalização, que é a reconversão de profissionais de arquitetura e urbanismo que estão recebendo certificados sem tomar contato com a espacialidade, que é um elemento profundamente material. Primeiro, desaparece a aula nas relações de ensino, em seguida, essa forma de ensino desmaterializa o próprio espaço que era ensinado em salas. Não há contrarreforma da lei da gravidade que dê conta do que está por vir.

Os cursos de Arquitetura e Urbanismo seguem a mesma trajetória geral do ensino superior brasileiro.[9]. Em estudo anterior, (RIBEIRO; CALIL, 2021), apontamos que o aumento de sua oferta acompanhou a expansão das instituições de ensino superior (IES) privadas, sobretudo a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Na década de 1980, o número de cursos públicos e privados de Arquitetura e Urbanismo era o mesmo; vinte anos depois, em 2000, os públicos passaram a ser um terço do número dos privados. Em 2021, dos 819 cursos de Arquitetura e Urbanismo que se encontram em atividade e atendem às regulamentações do Ministério da Educação (MEC),[10] a proporção dos cursos públicos é de menos de 10%.

O perfil profissional, cada vez mais formado pelo setor privado (WILDERON; ARANTES, 2020), também representará, pelo óbvio, uma formação cada vez mais aligeirada e delimitada pela hegemonia do mercado da construção civil. A indústria pesada sempre influenciou os cursos e seus currículos, mesmo nas IES públicas, mas ganha mais força e presença diante da possibilidade de formação menos permeada pela autonomia, pela pesquisa e pela extensão.

A reconversão de arquitetos/as e urbanistas, aparentemente, segue o mesmo trajeto daquela apontada por Evangelista em relação à docência. À medida em que são exigidos de profissionais de arquitetura e urbanismo um *ethos* liberal, sua atuação se conforma para o mercado de maneira cada vez mais voraz. O pensamento, a crítica e a ação a respeito do espaço público, da gestão pública da cidade, da articulação entre a transformação do espaço urbano e a pauta ambiental, do controle do preço do solo e do barateamento de moradia e transporte, etc., tornam-se elementos cada vez mais distantes de uma formação que coloca o profissional da exceção como o lugar de realização. O bom profissional é, cada vez mais, o arquiteto-urbanista (geralmente um homem branco) empreendedor, bem-sucedido e que terá seu projeto de mansão publicado em revistas de arquitetura, etc.

O outro lado dessa realidade é muito perverso. Além da gritante ausência de experimentação de soluções urbanísticas para cidades em crise ambiental plena, o lugar da/o profissional que não terá seu sucesso estampado nem mesmo em *posts* de redes sociais é, obviamente, a face da reconversão: operadores de *softwares* de desenho para a construção civil. O ciclo se fecha na medida em que essas/es profissionais estão se formando para receber cada vez menos, produzindo uma cidade cada vez mais desigual e inacessível, inclusive para elas/es próprias/os.

Essa lógica, que opera segundo a clássica lei geral da acumulação capitalista, fica evidente ao tomarmos conhecimento da espantosa quantidade de cursos e matrículas que existem para essa área. Segundo o rigoroso levantamento de Calil*et al.* (2022):

> Até 2015, os cursos de AU ainda figuravam dentre os mais impermeáveis à modalidade EaD. […] Em 2016, foram ofertadas 100 vagas nessa modalidade. Entre 2017 e julho de 2022, houve um aumento de 7.706%, chegando a **3.490.851** vagas disponíveis. No mesmo período, para a modalidade presencial, foram registrados aumentos de 16,1% e 7,2%[11], nas vagas presenciais privadas e públicas, respectivamente. […] O aumento significativo de vagas e polos EaD, se deu principalmente pela aprovação do Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, no qual as IES passaram a ter mais

> autonomia para ampliar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EaD. (Calil *et al.*, 2022, p.80, grifo dos autores)

O número de vagas públicas se tornou praticamente uma margem de erro (0,1 segundo o mesmo estudo), e as consequências dessa aventura mercantil podem ser percebidas na configuração da força de trabalho, como será demonstrado mais à frente. Vale ressaltar que a trajetória dos polos dos cursos EaD corrobora a tese de substituição do modo presencial pelo digital, como afirmado no item anterior deste texto:

> Em 2016, existia apenas 1 polo. No ano seguinte, esse número saltou para 130. De 2017 a 2022, o aumento foi de 1.388%, ou seja, são 1.934 polos EaD em funcionamento. Os polos EaD (1.934) e os campi da modalidade presencial das IES privadas (604) e públicas (69) estão presentes em 965, 271 e 67 municípios, respectivamente. Trata-se de um movimento de substituição da modalidade de ensino presencial para a EaDque se sucede com a reprodução do mesmo código de curso em diferentes locais do território brasileiro. Nota-se que, independente da modalidade de ensino e categoria administrativa, as IES atuam, majoritariamente, nas mesmas regiões do país (sul, sudeste e faixa litorânea). Logo, o argumento da democratização do acesso ao ensino superior através do EaD não se sustenta, pelo menos para os cursos de AU já que estão, praticamente, concentrados nos mesmos territórios. (CALIL *et al*., 2022, p.84)

Aparentemente, o que está acontecendo é um anúncio de uma crise de superprodução de mercadorias. Obviamente que não há demanda para mais de 3 milhões de estudantes de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (e nem de tantos profissionais formados). Para se ter uma ideia, em levantamento anterior feito pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), havia "apenas" 202.713 profissionais dessa área atuando no Brasil em 2020! E isso já representava, praticamente, uma duplicação desse número em uma década, já que em 2012 havia 105.298 profissionais em atividade. O que existe é uma demonstração de força do setor privado da educação digital que se apresenta como a solução ideal para a eliminação do déficit de formação superior no país. Entretanto, como é sabido, essa formação não passa de uma certificação aligeirada e a experiência do ensino remoto nesses cursos demonstrou a inadequação total da formação a distância para cursos, pelo menos, dessa área.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ) realizou, em 2021, uma pesquisa referente aos "Impactos do ensino remoto na formação de arquitetas e arquitetos urbanistas no Rio de Janeiro e reverberações do ensino a distância"[12] (CAU/RJ, no prelo) que contou com a participação de docentes e discentes de escolas públicas e privadas de todas as regiões do estado. Os resultados foram incontestáveis. De modo geral, a perda na formação foi apontada como regra, incluindo aspectos tais como defasagem de conteúdo, perda de interação com técnicas construtivas em canteiros, perda da vivência com a cidade, limitação nos debates e perda de sociabilidade.

Aspectos como evasão de estudantes e, inclusive, demissão de docentes foram percebidos pelas pessoas que responderam ao questionário, e chama também a atenção o aumento do uso de substâncias psicoativas, entre outras, assim como os casos de violência doméstica durante o ensino remoto emergencial (ERE):

> Entre DOCENTES, 21 (26,3%) responderam *uso abusivo de substâncias psicoativas (álcool, e/ou outras drogas);* 21 (26,3%) responderam *uso de medicações psicotrópicas;* 18 (22,5%) responderam *uso intensivo e/ou extensivo de analgésicos e anti-inflamatórios;* e 2 (2,5%) responderam *casos de violência doméstica. […] Entre* DISCENTES, 81 (37,2%) responderam *uso de medicações psicotrópicas;* 71 (32,6%) responderam *uso intensivo e/ou extensivo de analgésicos e anti-inflamatórios;* 70 (32,1%) responderam *uso abusivo de substâncias psicoativas (álcool, e/ou outras drogas);* e 7 (3,2%) responderam *casos de violência doméstica.* (CAU/RJ, no prelo, p.68)

Em que pese o fato de a pesquisa ter sido realizada em momento de isolamento social por causada pandemia, é importante destacar que a pesquisa começou a ser realizada no fim de 2021,[13] quando já havia vacinação. Os efeitos do chamado ERE para cursos de Arquitetura e Urbanismo foram devastadores e, como já foi afirmado no início deste texto, apesar de haver um debate sobre a diferença de ERE para EaD, consideramos para fins deste artigo que, dentro da proposta do capital, ambos têm a mesma finalidade, isto é, contribuir para o avanço do aligeiramento da formação profissional brasileira a fim de baratear o custo da força de trabalho.[14] As conclusões do relatório do CAU foram taxativas a este respeito:

> Em segundo lugar, ao passo que o ERE foi, ou ainda pode estar sendo, uma alternativa contingente e temporária, ele aparenta alargar a implementação do EaD. Mas esse alargamento não significa uma mera reprodução da experiência própria ao ERE e sua continuação, mas a re-instauração de um modo mais complexo e drástico. Nesse sentido, consideramos o EaD não apenas como uma ação particular de incorporação da tecnologia em geral e no ensino/aprendizagem, mas como um grande modelo que abarca um conjunto de características e relações indissociáveis desde seu processo de gestação. Isto é, o discurso tecnológico do

> EaD, que busca seduzir como um suposto progresso e nível avançado de metodologias e ferramentas da era digital, é acompanhado por um enfadonho pacote de relações de produção do conhecimento (precarização do trabalho, precarização do ensino e da aprendizagem, defasagem de conteúdos práticos etc.). Quem compra o EaD, portanto, não compra apenas sua suposta tecnologia como também todos esses elementos – a saber, precarização do ensino e do trabalho. (CAU/RJ, no prelo, p.79)

Por fim, o relatório indica que:

> […] não há avanço, há é retrocesso: não contribui para o avanço tecnológico senão por sua limitação à tecnologia da informação e comunicação e, ainda assim, às aproximações e recapitulações de aulas, palestras e conferências em geral por vias virtuais; não contribui para a inovação de metodologias, pelo contrário, limita as possibilidades de criação ao distanciamento e níveis de concentração/participação e desempenho impostos pelas sessões virtuais e suas ferramentas e demais recursos limitados; e, contrariamente, impõe maiores desafios para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem caracterizados pela defasagem de conteúdos práticos, pela perda de interação com a técnica e de vivência com a cidade, pela limitação dos debates e pela perda de sociabilidade. (CAU/RJ, no prelo, p.84)[15]

Há evidentes impactos que já podem ser percebidos a partir do aumento de profissionais em atuação nos últimos anos. Os desdobramentos da expansão de EaD podem alcançar situações limites. Conforme apontamos em estudo anterior (RIBEIRO; CALIL, 2021c), pesquisa realizada pelo CAU/BR em parceria com o Instituto Datafolha, em 2019, aponta que os/as profissionais da área hoje atuantes no país estão representados por um perfil cada vez mais jovem, mais feminino (64%) e com aumento da participação da população negra em sua composição. Além da brutal e escandalosa diferença entre rendimentos por gênero e raça (homens brancos recebendo mais que as demais pessoas), interessa destacar a combinação desse fenômeno com as consequências do aumento significativo de mão de obra jovem tendo acesso ao mercado de trabalho nos últimos anos em razão do aumento do número de profissionais certificados. Profissionais jovens recebem menores salários e, neste caso, cada vez mais são profissionais jovens mulheres e com um incremento da população negra que começa a participar desse mercado de forma mais contundente (ainda que em menor proporção do que deveria).

Ao analisar os rendimentos por tempo de atuação, o estudo aponta que as mulheres têm menores rendimentos do que os homens ao longo de quase toda a carreira. Esse processo precisa ser entendido como uma tendência contemporânea da mercantilização da produção do espaço. Ao contrário do que se pode sugerir, a maior inserção de mulheres e a inclusão de pessoas não brancas no campo profissional está longe de representar uma vitória do processo de democratização do ensino por meio da expansão da formação universitária privada. O fenômeno aproxima-se mais de uma conquista do capital, que conseguiu expandir o número de profissionais de maneira espetacular, aumentando o exército industrial de reserva para o setor da construção civil, que também poderá lançar mão do barateamento da força de trabalho oriundo das expressões de desigualdade orientadas por gênero e raça.

As consequências da expansão do EaD, portanto, encontram ecos mais profundos do que se imagina. A manutenção da tendência de rebaixamento salarial ancorada na forma de empregabilidade mercantil contemporânea converte o aumento da formação de mulheres e pessoas não brancas em uma expansão da precarização na medida em que são formadas segundo os ditames mercantis contemporâneos.

Toda essa manobra de formação profissional carrega profundas relações com determinações necessárias ao setor da construção civil, em um momento de ampliação da precarização do trabalho de produção do espaço em que se percebe uma "canteirização" do desenho, para usar as categorias clássicas de Sérgio Ferro (2006). Sem entrar no debate específico do campo da arquitetura e do urbanismo, cabe destacar que se trata de uma expropriação de saberes de um setor estratégico da obtenção de mais-valor da indústria da construção, transformando o aspecto criativo do trabalho de arquitetura (o desenho) em mais uma repetição, como ocorre no canteiro com o "tijolo-por-tijolo", mas agora no "*software*-por-*software*". A formação aligeirada se torna suficiente para certificar um profissão reconvertida em simples operação de complexos *softwares*; a inteligência da arquitetura e do urbanismo tem sido retirada de seu padrão formativo, como tem acontecido com demais profissões que se tornam tecno-dependentes, ou melhor, submissas à tecnologia desenvolvida pelo mercado.

A eadização da formação em Arquitetura e Urbanismo significa uma simplificação e precarização profunda na constituição profissional; e da mesma maneira que a reconversão docente é peça-chave para a mercantilização da educação, a de arquitetura e urbanismo o é para a mercantilização da cidade. E o ciclo se aprofunda.

4 - A reconversão final: educação como entretenimento de massa

Para fechar essa breve reflexão, resta agora reunir as duas questões debatidas acima, isto é, a desmaterialização da aula e da sala, da educação e do espaço, jogando uma dúvida necessária: ao reivindicar o ensino presencial, estaríamos lutando contra uma determinação inexorável? Nesse caso, reivindicar a espacialidade presencial de salas de aula (em suas mais variadas formas) seria um traço de conservadorismo inócuo, que é incapaz de enxergar que o novo campo da luta de classes está fadado a se digitalizar?

Para responder a esse teste histórico, vale visitar o importante debate sobre a perda da aura da obra de arte a partir de sua reprodutibilidade técnica apresentado por Benjamin em sua luta contra o fascismo. Naquele momento, inovações técnicas produziram novas formas de arte – e este é um dado importante – que conflitaram com as existentes. Houve o embate entre a pintura e a fotografia, o teatro e o cinema, etc. A profanação da arte lhe impôs novos valores, como o de exposição, e arremessou a estética na disputa fundamental do capitalismo, na qual a fruição da vida é oposta à sua mercantilização. Assim, a obra de arte passou a participar de modo definitivo da luta de classes. Reivindicar o retorno da aura, além de inútil, significaria fugir do problema histórico posto pelas mudanças técnicas.

Mas não é o que está acontecendo agora com a eadização! A única semelhança dos processos artísticos com a desmaterialização contemporânea da educação é na aparência, isto é, uma nova tecnologia de reprodução ameaça condições existentes de realização de uma atividade humana. Entretanto, há uma diferença fundamental em relação ao conteúdo que precisa ser explicitada: diferentemente do que ocorreu com a obra de arte, a técnica da reprodutibilidade digital não produziu novas formas de educação. O que está ocorrendo é a migração da educação para atividades de entretenimento de massas.

De fato, a sala de aula já havia perdido sua aura por outras razões. Foi em seu conteúdo, na ação pedagógica, que isto ocorreu. A luta pela construção dialógica em sala de aula, a ruptura do autoritarismo docente, do ensino como transmissão, do culto ritualístico do conteúdo trabalhado em aula se deu através de inúmeras reformas ao longo da vida educacional na história do capitalismo. O caráter da aula presencial experimentado de maneira crítica, portanto, não pode ser confundido com um valor ritualístico ou de culto como ocorria com a arte. O caráter aurático, de culto, de uma aula ocorria quando as cátedras possuíam dono e a autoridade docente era confundida com autoritarismo. A educação bancária era dotada de aura, mas a ruptura crítica promovida pela pedagogia derrubou essa característica.

Portanto, reivindicar a manutenção das aulas presenciais não se trata de uma luta inglória pela manutenção de uma materialidade que, inevitavelmente, acabará dissolvida pelo progresso. A luta pela manutenção presencial significa a reivindicação de um caráter temporal de simultaneidade, o único capaz de produzir diálogo efetivo. Isso significa, inclusive, o retorno da pedagogia à centralidade educacional. O que ocorre com a eadização é a substituição da pedagogia pela cultura de massas, é a eliminação da educação a partir de sua estetização.

É por essa razão que a eadização precisa ser barrada, e a retomada radical do ensino presencial, com todas as contradições e dificuldades, precisa estar em pauta a fim de garantir a busca por uma educação emancipatória. Afinal, como dizem os memes: é o capitalismo!

Referências

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas:** magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CAU/BR. **1º Diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo**, 2020.

CAU/BR. **Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil,** 2015.

CAU/BR. **Relatório Gestão 2018-2020**(e memória dos 10 anos do CAU), 2020.

CAU/RJ. **Impactos do ensino remoto na formação de arquitetas e arquitetos urbanistas no Rio de Janeiro e reverberações do ensino a distância**. Rio de Janeiro, no prelo.

EVANGELISTA, Olinda. Faces da tragédia docente no Brasil. *In*: **XI SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO –** movimientos pedagógicos y trabajo docente en tiempos de estandarización, 2016. Disponível em:http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo3/68.pdf Acesso em: mar. 2021.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. *In:* FERRO, Sérgio.**Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.p. 105-200.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005

RIBEIRO, Cláudio Rezende. Vidas docentes importam! *Universidade à Esquerda*, 2021a. Disponível em: https://universidadeaesquerda.com.br/coluna/vidas-docentes-importam/ Acesso em: mar. 2021.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. O percurso da classe trabalhadora: um materialismo geográfico na obra engelsiana. *Germinal*: *Marxismo e Educação em Debate*, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 251-270, 2021b. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.39230. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/251-270Acesso em: mar. 2021.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. Das nuvens que brotam do chão, ou a farsa da distância. *Universidade à Esquerda*, 2021c. Disponível em: https://universidadeaesquerda.com.br/coluna/das-nuvens-que-brotam-do-chao-ou-a-farsa-da-distancia/Acesso em: mar. 2021.

RIBEIRO, Cláudio Rezende; CALIL, Maria Ribeiro. A trajetória recente dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil: privatização da educação, reconversão docente e desvalorização da força de trabalho. *In*: LANFRI, Nora Zoila; DOBRY, Sylvia Adriana (orgs.). *50 años del taller total*. 5TO. ENCUENTRO INTERNACIONAL LA FORMACIÓN UNIVERSITARIA Y LA DIMENSIÓN SOCIAL DEL PROFESIONAL: HÁBITAT, CIUDADANÍA Y PARTICIPACIÓN. Córdoba: Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba, 2021. p 559-575.

SEKI, A. K. **Determinações do capital financeiro no Ensino Superior:** fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018*)*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219299. Acesso em: mar. 2021.

WILDERON, Mariana; ARANTES, Pedro Fiori. **Arquiteturas da distância**: o que a pandemia pode revelar sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo. Archdaily. 3 ago. 2020. *On-line*. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/944738/arquiteturas-da-distancia-o-que-a-pandemiapode-revelar-sobre-o-ensino-de-arquitetura-e-urbanismo.Acesso em:27 fev. 2023.

Notas

[1] Já existe até um meme sobre isto, em que pessoas reunidas numa mesa observam alguém jogando uma carta de baralho triunfal gritando: é o capitalismo!

[2] Conforme defendida por István Mészáros (2005).

[3] Obviamente, como sabemos, a classe trabalhadora nunca teve as condições mínimas de isolamento social no Brasil.

[4] Este argumento foi utilizado, de modo ainda mais perverso, para implementar a EaD no nível básico, onde ainda não tinha entrada como nos cursos de nível superior.

[5] A aprovação final em plenária foi contrária à plataformização do ensino.

[6] Talvez a expressão mais evidente desta reconversão seja a adaptação curricular oriunda da famigerada contrarreforma do Ensino Médio.

[7] Acrônimo para Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft.

[8] O SEMESP é uma organização patronal que usurpa, como é usual no Brasil, a identidade sindical. Assim, o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, fundado em 1979, reivindica-se detentor de abrangência nacional hoje em dia. Produz um anuário chamado *Mapa do Ensino Superior no Brasil*. Os dados relativos ao número de docentes foram encontrados na edição de 2019. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wpcontent/uploads/2019/06/Semesp_Mapa_2019_Web.pdf. Acesso em: mar. 2021.

[9] Sobre a condição contemporânea dos cursos de ensino superior no Brasil, conferir o trabalho rigoroso de Allan Kenji (2022). Disponível em: http://emec.mec.gov.br. Acesso em: mar. 2021.

[10] Disponível em: http://emec.mec.gov.br Acesso em: mar. 2021.

[11] 15.559 e 330 novas vagas, respectivamente.

[12] Este autor teve a possibilidade de participar desta pesquisa. O relatório já foi apresentado ao Conselho e aprovado na Comissão que o encomendou e já foi apresentado publicamente, mas como ainda não foi publicado, foi utilizada a minuta final de sua consolidação para este artigo.

[13] O prazo exato foi de 16 de novembro de 2021 a 16 de janeiro de 2022.

[14] Da mesma maneira, é inadmissível a introdução de "aulas virtuais" em cursos presenciais conforme a Portaria 2.117/2020 do MEC que permite a implantação de até 40% de aulas neste formato. Trata-se de escancarada fragmentação curricular que impede qualquer tentativa de articulação entre saberes ao longo dos cursos, para destacarmos apenas um aspecto pedagógico muito grave dessas formas absurdas de implementação do EaD no país.

[15] O CAU/RJ tem se posicionado contrário à diplomação de cursos EaD de Arquitetura e Urbanismo, o que resulta em uma batalha jurídico-política em curso na medida em que já existem cursos exigindo diplomação de egressos.